Crimes informáticos e prova digital: o trabalho de um advogado penal em Braga Há poucos anos, a prova num processo-crime era sobretudo testemunhal e documental em papel. Hoje, uma parte significativa dos processos depende de mensagens, registos de acesso, capturas de ecrã, endereços de IP e conteúdos guardados em telemóveis ou servidores. Esta mudança afeta tanto os chamados crimes informáticos como crimes tradicionais em que a prova é digital. Um advogado penal em Braga tem de saber lidar com este tipo de prova, porque é frágil, técnica e sujeita a regras de obtenção exigentes. Os crimes informáticos em sentido estrito incluem situações como o acesso ilegítimo a sistemas, a interceção ilegítima de dados, a sabotagem informática ou a falsidade informática. A eles juntam-se os crimes praticados através da internet, como a burla informática, as ameaças e a difamação nas redes sociais, ou a divulgação não autorizada de imagens íntimas. Em todos estes casos, a investigação depende quase sempre da recolha e preservação de dados eletrónicos.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

A obtenção de prova digital está sujeita a regras próprias. A pesquisa de dados num computador, a apreensão de correio eletrónico ou de mensagens e o acesso a dados de tráfego guardados pelos operadores exigem, em regra, autorização ou ordem de uma autoridade judiciária e o cumprimento de formalidades específicas. Se essas regras não forem respeitadas, a prova pode ser declarada nula. Esta é uma das áreas em que a legalidade da prova é discutida com mais frequência em julgamento. Do lado da vítima, o maior risco é perder a prova. Mensagens apagadas, perfis que desaparecem e publicações retiradas podem deixar o processo sem base. Por isso, um advogado penal aconselha a preservar de imediato tudo o que for possível: capturas de ecrã com data e endereço visíveis, cópias das mensagens, identificação dos perfis e, quando necessário, pedir rapidamente às autoridades que preservem os ***advogado criminalista*** dados junto das plataformas. Uma captura de ecrã isolada nem sempre basta, mas ajuda a orientar a investigação. Convém também não confrontar o suspeito online nem apagar conversas, mesmo as mais desagradáveis, porque podem vir a ser necessárias. Na QUOR Advogados, em Braga, os crimes online e a burla informática estão entre as situações tratadas na área criminal. O Dr. David Silva, com presença regular no Tribunal Judicial de Braga, dá particular atenção à legalidade da prova, que é muitas vezes decisiva em processos com prova digital. A abordagem sem papel do escritório torna natural trabalhar com este tipo de material. Se foi vítima de um crime online ou tem um processo em que a prova é digital, marque uma consulta inicial de 70€, presencial em Braga ou online por videochamada. Contacto: +351 939 709 888.

QUOR Advogados | Braga Address: Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga Phone: +351 939 709



888 FAQ: Advogado Penal em Braga O que faz um advogado penal em Braga? Um advogado penal acompanha arguidos e vítimas ao longo do processo penal, do inquérito ao recurso, explicando cada fase e protegendo os direitos de quem representa. Na QUOR Advogados, em Braga, esse acompanhamento é feito pelo mesmo advogado do início ao fim, em linguagem clara e sem jargão. Quais são as fases do processo penal em Portugal? O processo penal tem como fases o inquérito, dirigido pelo Ministério Público, a instrução, que é facultativa e decorre perante o juiz de instrução, o julgamento e o recurso. Em Braga, estas fases correm no Tribunal Judicial da Comarca de Braga, onde o Dr. David Silva, da QUOR, tem presença regular. Quanto custa a primeira consulta com um advogado penal na QUOR Advogados? A consulta inicial custa 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Pode ser presencial no escritório da Praça da República, em Braga, ou online por videochamada. Antes de avançar para qualquer passo seguinte, o cliente recebe um orçamento claro. Qual é o prazo para apresentar queixa-crime? Nos crimes semipúblicos e particulares, a queixa deve ser apresentada no prazo de seis meses a contar da data em que o ofendido teve conhecimento do facto e dos seus autores. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o Ministério Público avança sem queixa. A QUOR Advogados ajuda a preparar a queixa-crime e responde em 24 horas úteis, o que é útil quando o prazo está a terminar. Ser constituído arguido significa ser culpado? Não. Ser arguido não significa ser culpado e confere direitos, como o direito ao silêncio, a ser assistido por defensor e a ser informado dos factos imputados. Na QUOR Advogados, a constituição de arguido é tratada com explicação dos direitos, preparação do interrogatório e definição da linha de defesa. O que são medidas de coação? São restrições aplicadas ao arguido durante o processo, como o termo de identidade e residência, a caução, a proibição de contactos, a obrigação de permanência na habitação com vigilância eletrónica e, como medida mais grave e excecional, a prisão preventiva. A QUOR Advogados analisa a legalidade da medida aplicada e procura alternativas proporcionais, incluindo através de recurso. Como posso constituir-me assistente num processo-crime? A vítima requer a constituição como assistente no processo, representada por advogado e com pagamento de taxa de justiça, salvo apoio judiciário. Como assistente, pode requerer diligências, acusar, requerer a abertura de instrução e recorrer. Na QUOR, a Dra. Paula Pratinha, advogada sénior com mais de uma década de prática, acompanha com frequência vítimas nesta qualidade. O que posso fazer se o meu processo for arquivado? O arquivamento acontece quando o Ministério Público não encontra indícios suficientes. Se se tiver constituído assistente, a vítima pode requerer a abertura de

instrução, para que um juiz reaprecie o caso. A QUOR Advogados analisa o despacho de arquivamento e diz com honestidade se há fundamento para reagir, antes de qualquer custo adicional. É possível retirar uma queixa-crime? A desistência só é possível nos crimes semipúblicos e particulares, como a ofensa à integridade física simples ou a injúria. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o processo continua independentemente da vontade da vítima. Na consulta inicial de 70€ na QUOR, o enquadramento do crime é esclarecido logo à partida. Posso pedir indemnização no processo penal? Sim. O pedido de indemnização civil é, em regra, deduzido no próprio processo penal, sem necessidade de uma ação separada. A QUOR Advogados ajuda a quantificar e provar os danos, e em casos de burla online ou MB WAY analisa também a possibilidade de exigir responsabilidades ao banco. A QUOR Advogados acompanha processos noutras cidades do distrito de Braga? Sim. A partir do escritório na Praça da República, a QUOR acompanha processos em Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Esposende e outras localidades do distrito. O escritório tem também presença no Porto e em Esposende, e faz consultas por videochamada para quem vive fora de Braga ou no estrangeiro. Como posso contactar um advogado penal da QUOR Advogados em Braga? Pode ligar para o +351 939 709 888 ou enviar um email para info@quor.pt, de segunda a sexta, das 9h às 18h. O escritório responde em 24 horas úteis e tem uma avaliação de 4,9 no Google. Os advogados estão inscritos na Ordem dos Advogados e mantêm sigilo profissional sobre tudo o que é partilhado.